

L E I Nº 1083/72

Data : 30 de novembro de 1972.

Súmula: Cria o Quadro Geral da Câmara Municipal de Bandeirantes e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Os serviços da Câmara Municipal de Bandeirantes serão atendidos por funcionários ocupantes de cargos do Quadro Geral.

Artigo 2º - Para efeitos desta Lei:

I – Funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II – Cargo público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário;

III – Classe é o agrupamento de cargos de atribuições da mesma natureza, denominação idêntica e semelhantes quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade das atribuições;

IV – Série de classes ou carreira é o conjunto de classes de semelhante natureza de trabalho, escalonadas segundo diferentes níveis de vencimentos, indicando um caminho natural de promoção;

V – Cargo comissionado é criado para atender aos encargos de confiança do Presidente da Câmara, sendo seu ocupante passível de demissão “ad nutum”;

VI – Função gratificada é a instituída em Lei para atender a encargo de chefia e outros que não justifiquem a criação de cargo de chefia e outros que não justifiquem a criação de cargo e pelo seu exercício será concedida vantagem acessória aos vencimentos.

CAPÍTULO II  
DO QUADRO GERAL

Artigo 3º - Fica criado o Quadro Geral da Câmara Municipal de Bandeirantes, constituído dos seguintes cargos:

I – Cargos de provimento efetivo, de carreira, constantes do anexo I.

Artigo 4º - A organização do Quadro Geral baseia-se nos conceitos de cargo, classe e série de classes.

Artigo 5º - Os cargos de provimento efetivo estão agrupados em classes.

§ 1º - O número de cargos da última classe deve ser igual ao número de cargos da classe “B”.

§ 2º - As classes estão escalonadas em série de classes, segundo sua importância relativa, em 5 (cinco) níveis, designados pelos numerais de 01 a 05.

§ 3º - Cada série de classes constitui-se de seis classes (A, B, C, D, E e F) de semelhantes natureza de trabalho e atribuições.

Artigo 6º - Os requisitos mínimos para provimento de cargos efetivos, a perspectivas de promoção e as atribuições, constam do anexo 3.

Artigo 7º - Os cargos de provimento efetivo do Quadro Geral, serão escalonados em símbolos alfabético-numéricos, seguindo suas atribuições e responsabilidade.

### CAPÍTULO III DO PROVIMENTO

Artigo 8º - Os cargos de provimento efetivo do Quadro Geral, serão providos por pessoal legalmente habilitado em concurso público e passarão, obrigatoriamente, por um estágio probatório de dois (2) anos.

Parágrafo Único – Gozam de estabilidade no serviço público:

I – Os funcionários nomeados, por concurso público, após dois anos de exercício.

II – Os funcionários nomeados até a data de 24 de janeiro de 1962, para cargos de provimento efetivo, independente de concurso.

Artigo 9º - Os cargos de provimento efetivo da classe “A” do Quadro Geral, não providos na forma do artigo 8º, somente o serão mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º - A habilitação em concurso terá validade específica para o cargo mencionado no respectivo edital.

§ 2º - A nomeação de candidato aprovado será feita, obrigatoriamente, na classe inicial (classe “A”), obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Artigo 10 – Serão inscritos, obrigatoriamente, nos concursos que a Câmara Municipal realizar, os servidores não estáveis ocupantes de cargos ou em desempenho de funções análogas às do objeto do concurso, dispensados a estes os requisitos mínimos para provimento.

§ 1º - Os concursos de que trata este artigo deverão ser realizados até a data de 31 de dezembro de 1972, sendo permitida a prorrogação somente com motivo plenamente justificável.

§ 2º - Conhecidos e homologados os resultados dos concursos, proceder-se-á à nomeação dos candidatos provados e classificados.

§ 3º - Os servidores não estáveis que não lograrem aprovação nos referidos concursos, serão dispensados na data da respectiva homologação.

Artigo 11 – Os cargos vagos das classes “B”, “C”, “D”, “E” e “F”, do Quadro Geral, somente poderão ser providos por promoção na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos, adotado pelo Município de Bandeirantes.

Artigo 12 – Os cargos da classe “A” do Quadro Geral, vagos em decorrência de promoção, somente poderão ser providos através de concurso público, ressalvado o cargo de Diretor Executivo que não será considerado vago nos casos de promoção do titular do cargo.

§ 1º - A vacância de cargos da classe “A”, decorrente de promoção, não implica em imediata necessidade de provimento.

§ 2º - O provimento de que trata este artigo dar-se-á, exclusivamente, se for aprovado por Lei a lotação do cargo, após comprovada a sua necessidade pelo Diretor Executivo.

Artigo 13 – Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas, quando criados por Lei, serão providos mediante ato do Presidente da Câmara Municipal.

#### CAPÍTULO IV DOS VENCIMENTOS

Artigo 14 – Os cargos de provimento efetivo do Quadro Geral estão agrupados em classes, e estas escalonadas em séries de classes corresponde um nível e a cada nível correspondente um nível e a cada nível correspondente uma escala de vencimentos.

Parágrafo Único – O nível de cada série de classe é indicado pelo número que lhe segue.

Artigo 15 – A escala de vencimentos de que trata o artigo anterior “in fine” visa, exclusivamente, a implantação do “Sistema de Promoção Horizontal.”

Artigo 16 – Os vencimentos de cada classe correspondem aos vencimentos da classe anterior acrescidos de 10% (dez por cento).

Parágrafo Único – No cálculo dos vencimentos será arredondada para maior qualquer fração de centavos.

Artigo 17 – Fica aprovada a Tabela de vencimentos constante do anexo 2.

Artigo 18 – Qualquer medida que vise a majoração de vencimentos de vencimentos abrangerá, obrigatoriamente, todos os cargos e funções da Câmara Municipal, sendo, para todos os cargos e funções da Câmara Municipal, sendo, para todos, uniforme o percentual de aumento.

## CAPÍTULO V DA LOTAÇÃO

Artigo 19 – Entende-se por lotação o número de cargos de carreira e isolados, quando for o caso, necessários ao funcionamento de cada órgão da Câmara.

Artigo 20 – Fica estabelecida, segundo os órgãos, a lotação da Câmara Municipal de Bandeirantes, na conformidade do anexo 4.

Artigo 21 – O Diretor Executivo, quando necessário, promoverá estudos da lotação ou relotação de cargos nos órgãos do Legislativo, face aos programas de trabalho a executar.

Parágrafo Único – O Diretor Executivo, com base na conclusão dos estudos de que trata este artigo, proporá ao Presidente da Câmara,

através de projeto de Lei, as modificações necessárias e, quando for o caso, sugerirá o provimento dos cargos, classes ou séries de classes indispensáveis aos serviços da Câmara.

Artigo 22 – Toda proposta de criação de novas séries de classes deve ser acompanhada das respectivas atribuições, dos requisitos necessários para provimento dos cargos e das perspectivas de promoção.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 23 – Ficam aprovados e passam a fazer parte integrante desta Lei os anexos 1, 2, 3 e 4.

Artigo 24 – Para a realização dos concursos de provas ou de provas e títulos deve ser obedecido o Regulamento de Concurso, aprovado por Resolução da Câmara Municipal.

Artigo 25 – Para efeito de promoção será obedecido o critério disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos adotado pelo Município de Bandeirantes, bem como Regulamento de avaliação de Merecimento.

Artigo 26 - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas em Orçamento.

Artigo 27 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 30 de novembro de 1972.

Luiz Meneghel  
Prefeito Municipal

Osmar Ortega  
Oficial Administrativo

